



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO CAMARÁRIO
DO DIA 16 DE JULHO DE 2015**

HORA: 14H00

LOCAL: Câmara Municipal de Alijó

EXECUTIVO

PRESIDENTE: Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães

VEREADOR: João Manuel Gouveia da Costa

VEREADOR: Luís Miguel Gonçalves Rodrigues

VEREADOR: José Rodrigues Paredes

VEREADOR: António Joaquim Fernandes

VEREADOR: Cristina Alexandra Martins Ribeiro Felgueiras

VEREADOR: Manuel Adérito Figueira

SECRETARIADO POR: Luís Carvalho, técnico superior da Divisão Administrativa e Financeira

Contém _____ minutas aprovadas, nos termos do artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, as quais se seguem e estão rubricadas pelos presentes a esta reunião.

PRESIDENTE:

VEREADOR:

VEREADOR:

VEREADOR:

VEREADOR:

VEREADOR:

VEREADOR:

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

ATA N.º 17/2015

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 16 DE JULHO

O PRESIDENTE DA CÂMARA: CARLOS JORGE VILELA DA ROCHA MAGALHÃES

VEREADORES PRESENTES: LUÍS MIGUEL GONÇALVES RODRIGUES
JOSÉ RODRIGUES PAREDES
ANTÓNIO JOAQUIM FERNANDES
CRISTINA ALEXANDRA MARTINS RIBEIRO FELGUEIRAS
MANUEL ADÉRITO FIGUEIRA

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: JOÃO MANUEL GOUVEIA DA COSTA

SECRETARIOU: LUÍS FILIPE MANETA CARVALHO, TÉCNICO SUPERIOR DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

HORA DE ABERTURA: 14h00 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 17H30 HORAS

LOCAL DA REUNIÃO: PAÇOS DO MUNICÍPIO – GABINETE DO SR. VICE-PRESIDENTE



ORDEM DE TRABALHOS

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1.1 Aprovação da Ata da reunião ordinária anterior.
- 1.2 Presente Projeto de Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Alijó.

2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- 2.1 Resumo do diário de tesouraria do dia 2015/07/10.
- 2.2 Presente informação n.º 44, informando que foi necessário proceder à 11.ª modificação aos documentos previsionais de 2015, que se traduz na 8.ª alteração ao orçamento de despesa, 7.ª alteração ao plano Plurianual de Investimentos e 7.ª alteração ao Plano de Atividades Municipais, para tomar conhecimento.
- 2.3 Presente informação 191, referente à proposta de delegação de competências da Câmara Municipal de Alijó no seu Presidente ao abrigo do n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09.

3. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

- 3.1 Presente informação n.º 20 da DSCED referente à renovação do protocolo com a INATEL.
- 3.2 Presente informação n.º 61 da DSCED referente ao procedimento para fornecimento diário das refeições nos Jardins-de Infância e Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Alijó.

4. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

- 4.1 Presente informação n.º 09 da UOT referente a um pedido de destaque de uma parcela de terreno, em que é requerente SOCAFRI – Comércio de Carnes, Lda.

«
»



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e deu início ao período de antes da ordem do dia, começando por dar conhecimentos dos seguintes convites recebidos:



Rancho Folclórico e Etnográfico de Sanfins do Douro
Largo dos Bombeiros Voluntários
5070-358 Sanfins do Douro

Exmo. Sr. Eng.º. Presidente do Município
de Alijó, Carlos Jorge Magalhães

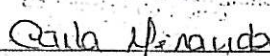
Assunto: Jantar convívio;

O Rancho Folclórico e Etnográfico de Sanfins do Douro, vai promover no dia 18 de Julho de 2015, pelas 21h00m, o seu XXXIII Festival de Folclore.

Vimos assim, por este meio, convidar Vossa Excelência a nos honrar com a sua presença no Jantar convívio que será realizado pelas 18:30m e a assistir ao mesmo, que irá decorrer no largo do terreiro pelas 21:00h.

P

Agradeço desde já toda a atenção dispensada,
Com os meus cumprimentos,

Sanfins do Douro, 09 de Julho de 2015

(Presidente do Rancho Folclórico e Etnográfico)

Fundado a 17 de Julho de 1981

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural


Ex.mo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Alijó

Associação Agrícola do Vinha e da Vinha de Santa Marinha, com sede no Castedo, União das freguesias de Castedo e Cotus, com o NIPC:513459030, neste ato representada por Manuel Pereira Lopes, portador do NIF: 143845101, vem através do presente convidar V. Ex.ª, bem como o restante executivo, para estar presente na feira de produtos agrícolas que se vai realizar no Castedo nos dias 18 e 19 de julho de 2015.

Agradecemos confirmação através do contacto telefónico 916938603.

- Alijó, 10 de julho de 2016

Pede Deferimento
O Requerente





ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, CULTURAL
E DESPORTIVA DO FRANZILHAL
FUNDADA EM 17 DE MARÇO DE 2006



Carta Convite

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Alijó

Franzilhal, 09 de Julho de 2015

A Associação Recreativa, Cultural e Desportiva do Franzilhal tem a honra de convidar V.Ex.as e, toda a sua vereação para estarem presentes no 10º Aniversário desta Associação, que se realiza no dia 8 de Agosto na sua sede (Largo da escola do Franzilhal), com início às 16 horas com o seguinte programa:

Programa:

- 15h - Missa celebrada pelo reverendo Padre Ricardo, na capela do Franzilhal, pelos sócios já falecidos.
- 16h- Os bombos do Amieiro farão a sua concentração no Largo da Capela fazendo uma arruada deste local até à sede desta associação onde continuarão a sua atuação.
- 17h- O Rancho Folclórico de Carlão, fará a sua atuação com danças e cantares do seu repertório na sede.
- 18h- A associação servirá um lanche a todos os seus associados e convidados na certeza de lhes proporcionar uma tarde animada.
- 19- Daremos início ao famoso organista Cristiano Pereira de São Mamede de Ribatua, que nos animará com o seu repertório até ao final da festa.

Com os nossos melhores cumprimentos



Sede: Lugar do Franzilhal - Carlão - 5070-204 Alijó

NIPC: 507 618 335 - CAE: 91331

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

O Vereador António Joaquim Fernandes informa que a inauguração da Associação de São Tiago está agendada para o dia 9 de agosto, estando desde já todos convidados.

Tomou novamente a palavra o Presidente da Câmara que informou que a Câmara Municipal esteve presente no Showcase Douro, em Vila Real, e que foi um evento que correu bem e onde houve muitos contactos, tendo sido positiva a participação do Município. Considera que devem repensar, de futuro, estas participações, para que haja a possibilidade de vendas de produtos da terra, pelo que os agricultores que os têm acompanhado devem associar-se para que possam ganhar dimensão.

Informa ainda que têm um convite para estar presentes na Feira de Aveiro, e estão a equacionar essa participação.

Tiveram também um convite do IVDP para que o Município de Alijó fosse confrade honorífico da Confraria do Vinho do Porto. Quando chegar a altura, falará sobre a cerimónia e sobre os trâmites da inscrição.

O Vereador Miguel Rodrigues disse:

“- Quero agradecer os convites que aqui nos foram apresentados pelas respetivas entidades organizadoras, para o festival de ranchos folclóricos de Sanfins do Douro, a feira de produtos agrícolas do Castedo e o aniversário da Associação Recreativa e Cultural do Franzilhal.

Tenho a informação de que o Rancho Folclórico de Alijó remeteu para o executivo um convite para o recente festival de Ranchos que aconteceu em Alijó, mas o mesmo não nos foi entregue.

Pessoalmente não poderia estar presente, mas os colegas do executivo não permanente poderiam ter comparecido e ninguém foi previamente informado de nada. Interessa apurar o que aqui se passou neste domínio.

- Quero pronunciar-me sobre o que aconteceu na recente Assembleia Municipal que se realizou no Castedo, demonstrando uma vez mais o meu repúdio pela conduta da Presidente



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

da Assembleia e da Mesa que tudo fazem para que os membros da oposição camarária não usem da palavra, mesmo depois de serem interpelados para o efeito pelos deputados municipais.

Já não bastava esta Assembleia ter aprovado um regimento que ilegalmente impede os vereadores não permanentes de usarem da palavra no período de antes da ordem do dia. Agora também se tenta por todos os meios impedir que a oposição camarária intervenha no período da ordem do dia, mesmo depois de interpelada pelos deputados municipais.

Ao mesmo tempo, o executivo permanente pode intervir pelo tempo que entende. Neste caso, as disposições do regimento que limitam o tempo de intervenção são já ignoradas pela Presidente da Mesa. Fala o Presidente da Câmara; fala o Vice-Presidente; fala a Vereadora; Pelo tempo que querem e repetindo os assuntos. Isto já a Mesa permite.

Desta vez não aconteceu comigo, mas já tive problemas semelhantes noutras sessões da Assembleia Municipal neste mandato. Aconteceu agora com o vereador António Fernandes, ao qual a Presidente da Mesa negou ilegítima e ilegalmente a palavra.

Presto aqui a minha solidariedade ao Vereador António Fernandes por ter sido vítima de mais uma conduta inaceitável e agressora dos mais elementares princípios de uma sã democracia local.

Também merece a minha recusa a conivência do Presidente da Câmara, de quem seria de esperar que defendesse os membros da Câmara, quando os seus direitos são atropelados, independentemente de terem sido eleitos ou não na sua lista. Mas o Presidente da Câmara não se insurge contra estes graves atropelos e aqui se estende a minha crítica.

- Ainda em relação aos assuntos debatidos na última Assembleia Municipal, lamento que pouco se tenha falado dos problemas concretos daquela freguesia e nessa medida foi uma oportunidade perdida para aquela população.

- A atual freguesia de Castedo e Cotas resulta da agregação das anteriores duas freguesias, que é umas marcas do atual Governo neste concelho em que foram extintas 5 Juntas de Freguesia.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Na Assembleia Municipal, referiu o Presidente da Câmara que a agregação de freguesias foi uma imposição da troika, procurando deste modo inocentar o Governo das medidas que tomou.

Referiu ainda o Presidente da Câmara que atendendo ao “empobrecimento do território e a desertificação acelerada, não vê nenhum problema na União das Freguesias”.

O Presidente da Câmara deveria, por exemplo, afirmá-lo perante a população do Amieiro, que viu o edifício sede da sua anterior Junta ser penhorado por dívidas da anterior vizinha freguesia de Carlão, com as quais nada tinha a ver.

Eu, pelo contrário, vejo muitos problemas na agregação das freguesias e no modo como todo aquele procedimento foi levado a cabo, imposto pelo Governo e mediante chantagem exercida sobre os Municípios. Chantagem recusada por dois terços dos Municípios do País que não quiseram ser os coveiros das Juntas de Freguesia existentes nos seus territórios. Foi o caso do Município de Alijó, em que houve na altura consenso por parte dos diversos eleitos na Câmara e Assembleia Municipais. Esse ónus pertence assim por inteiro ao Governo.

- Também na Assembleia Municipal e sobre a Casa do Douro, disse o Presidente da Câmara que “querer colar a extinção da Casa do Douro ao atual Governo é desconhecer a realidade”, atribuindo ao ex-Ministro da Agricultura António Barreto a responsabilidade.

Ora, muitos governantes tiveram ao longo dos anos responsabilidade na situação a que chegou a Casa do Douro. Mas foi este Governo quem tomou a decisão de extinguir a Casa do Douro e retirar-lhe a natureza de associação pública e de inscrição obrigatória. Pode concordar-se ou não com essa medida, mas foi este Governo que a tomou, e procurar ocultar esse facto evidente é, mais uma vez, querer inocentar o Governo.

- Esta é uma atitude em que o Presidente da Câmara parece querer fazer prevalecer os interesses partidários associados ao atual Governo, mesmo em matérias que são contra o interesse local. Não é essa a função de um autarca, mas sim defender sempre os interesses do seu concelho, independente de interesses partidários.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

- Questiono, por fim, se a Câmara vai ou não promover uma descentralização das suas reuniões públicas, depois de o mesmo ter sido já feito pela Assembleia Municipal. Já coloquei esta questão na última reunião de Câmara e gostaria de ter aqui uma resposta clara.”

O Vereador António Joaquim Fernandes começa por agradecer as palavras solidárias do Dr. Miguel Rodrigues, porque como ele e outros ficaram indignados com a atitude da Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal e com a convívência do Executivo permanente. Não se vai alargar muito sobre este assunto porque o Vereador Miguel Rodrigues já espelhou o que realmente aconteceu na sessão da Assembleia Municipal no Castedo, até porque está a preparar algo escrito, que posteriormente dará conhecimento. Considera ter sido um desrespeito à democracia, só possível de ser praticado por alguém sem o mínimo de sensibilidade política. Até o Sr. 1.º secretário da Assembleia Municipal teve uma atitude de prepotência para o líder da bancada do PS, de todo incompreensível. Lembra que quando é permitido a alguém falar, essa pessoa vai, com certeza, enriquecer a discussão sobre o assunto em causa. Não conseguindo perceber que o Executivo permanente possa falar quanto tempo quiser, ao ponto de se repetirem uns aos outros, sem nunca serem advertidos pela mesa, e o Executivo não permanente, nem quando é interpelado, pode esclarecer os deputados que pedem e precisam de obter informação para o desenvolvimento dos trabalhos.

- Felicita a Freguesia do Castedo, e afirma que concorda com a descentralização, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, porque a política tem que estar quanto mais perto das populações melhor.

- Questiona, porque é que nas Reuniões públicas de Câmara os Srs. Deputados podem falar e os Vereadores na Assembleia Municipal não? Entende que a “lei da rolha” não tem nada de democrático. Concorda que o Srs. Deputados municipais, se assim entenderem, possam falar nas reuniões de Câmara, mas já não consegue perceber, que uns gozem de privilégios em relação a outros. Acrescenta que não fica nada preocupado por a Sr.ª Presidenta da



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Assembleia não gostar de o ouvir, de estranhar seria o contrário! A democracia dispensa estes atropelos.

Sobre o Rancho Plátano de Alijó, afirma que tem a confirmação de que o convite entrou na Câmara em tempo útil, não se compreende porque não foi dado conhecimento aos seus destinatários, dessa atividade, porquê? Não fica bem estar sempre a dizer que foi por distração. Esperemos que na próxima reunião, sejam apresentadas justificações convincentes.

- Quanto à carrinha SOL, solicitou-a para a Associação São Tiago, e estão há um mês, à espera de ser contemplados. Francamente, não lhe parece que a carrinha-oficina esteja a cumprir o propósito para o qual foi criada. Se não querem participar, ou colaborar com a Associação S. Tiago (IPSS), é só dizer, no entanto, lembra que não fazem nenhum favor em os ajudar, pois a Associação São Tiago esteve presente sempre que foi necessário e em todos os eventos que a Câmara organizou. Não podemos crer que colaborem connosco e depois não colaborar quando os outros precisam de nós.

- Acrescenta que nesta mesa, todos têm a mesma responsabilidade, defender os munícipes, é para isso que aqui estamos, e temos que dar resposta aos seus problemas.

- Vem aí a próxima legislatura, e por isso, é tempo de fazer o balanço entre um governo e uma Câmara Socialista - e um governo e uma Câmara PSD. Este Governo PSD fechou o Túnel do Marão, o Grémio de Alijó e a Casa do Douro passou de entidade de direito público de inscrição obrigatório, para associação particular. Nada de positivo! Já sei que irão dizer que este Governo e Câmara estavam endividados, mas não é desculpa. Com o Governo e Câmara anterior (PS), verificou-se a construção da A24, o início dos trabalhos no Túnel do Marão, Auto-estrada transmontana (A4), o Polo Escolar de Alijó, a Variante de Alijó, IC5, Pousada da Juventude, Campo de Futebol, Barragem do Tua, o Centro de Saúde e o museu do pão - Favaios, que trouxeram bem-estar ao concelho. Concluimos que com esta Câmara e este Governo (PSD), nenhum benefício veio para o concelho. Em nada, até agora, contribuíram para o desenvolvimento do Município de Alijó.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Tomou a palavra o Vereador Manuel Adérito Figueira que mostra solidariedade com o Vereador António Joaquim Fernandes perante o tratamento que lhe foi dado na A.M. pois o mesmo teria acontecido a qualquer outro Sr. Vereador dado ser esse o comportamento dado em todas as reuniões. Foi o primeiro a levantar este problema. Inicialmente julgou ser falta de experiência, mas hoje, vejo que a Presidente da Assembleia não sabe qual é a responsabilidade do órgão que preside não tendo em conta as dificuldades políticas que é gerir a Assembleia Municipal sem maioria na sua bancada. Considera que o Executivo deve fazer uma reflexão profunda e tentar, que não surjam situações indesejáveis, que possam causar situações radicais.

Segundo ponto, e separando a amizade da política, os Vereadores da oposição nunca tiveram o tratamento que agora têm. Devem ser respeitados e não o são, o que nunca se viu. A quarta cadeira na mesa do executivo também não se compreende uma vez que apenas são três elementos, espero que não fosse apenas um simples engano.

No dia 15 de julho, e segundo o Jornal de Notícias, a ANMP acusa a Administração Central de chantagem no que diz respeito à gestão dos fundos comunitários, o que acarretará altos prejuízos aos Municípios. Qual é a posição do Presidente da Câmara em relação a isto?

A Vereadora Cristina Felgueiras demonstrou agrado pela realização da sessão da Assembleia Municipal no Castedo, bem como pelo esforço dos funcionários da Câmara Municipal que trabalharam para que tudo corresse bem.

Informa que terminaram os cursos de poesia com uma apresentação de um espetáculo de poesia que teve muita adesão por parte da população.

Quanto ao convite do Rancho de Alijó, não estava cá, não posso responder, mas se houve falha, há que pedir desculpa, mas nada se está a esconder! Até porque foi hoje apresentado um convite dirigido ao Presidente da Câmara para a participação no festival do rancho de Sanfins do Douro e que está a ser alargado a todo o Executivo.

Relativamente à carrinha SOL, as IPSS's não têm prioridade, são os particulares que a têm e nem sempre é possível aceder aos pedidos com a mesma celeridade.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

As cadeiras na Assembleia Municipal foram assim colocadas porque a sala não era conhecida, e o Presidente da Câmara solicitou que estivesse perto dele quem o auxiliasse nas respostas, e como o Vereador João Manuel tem o pelouro do PAEL, a cadeira seria para ele. Nada estava combinado com ninguém porque o sr. Vereador João Manuel sentou-se onde quis.

Relativamente à notícia, não sabe quais são as candidaturas prioritárias, mas existem fundos a que só o Estado se pode candidatar.

Contrariamente ao que é hábito, o vereador Manuel Adérito Figueira fez aqui uma observação relativamente à posição da Presidente da Assembleia Municipal, num tom calmo e sereno. Lamenta porém a forma agressiva e inadequada como os vereadores Miguel Rodrigues e António Fernandes se dirigiram à Sra. Presidente da Assembleia, pois a Assembleia Municipal é o órgão mais importante do Município e aos srs. Vereadores compete dignificar também. Parece-lhe que há uma diferente posição de entendimento daquilo que é a intervenção dos Vereadores não permanentes. A Sra. Presidente da Assembleia entende que a intervenção dos srs. Vereadores na Assembleia Municipal só se justifica por assuntos ou dúvidas que não estejam esclarecidos nas atas das reuniões de Câmara. Caso contrário teríamos uma reunião de câmara na Assembleia, e aquele espaço de debate e decisão é dos senhores deputados.

A Assembleia Municipal é um órgão que tem que ser respeitado, e a sua Presidente também. Sugere que convidassem a mesa da Assembleia Municipal e os líderes parlamentares para discutirmos em conjunto esse entendimento. Considera que deveria haver mais moderação na abordagem deste assunto.

Queria também dizer que este Governo teve efetivamente muitas restrições financeiras na sua atuação, e que não é por não falar na dívida que ela fica paga. Não se revê naquilo que foi a ação do Governo socialista anterior, do qual António Costa fez parte: fecho das urgências, fecho de escolas e contribuição efetiva para o esvaziamento das funções da Casa do Douro.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

O Vereador José Rodrigues Paredes disse, relativamente à carrinha SOL, que foi efetivamente um esquecimento, mas da próxima vez deverão enviar um email para que sigam os procedimentos.

Tomou a palavra o Presidente da Câmara que disse, relativamente à intervenção do Vereador Miguel Rodrigues, não tem obrigação de falar com a Presidente da Assembleia, julga que isso deveria ser tratado nas reuniões preparatórias, pelos líderes parlamentares e não está de acordo com a proposta da Vereadora Cristina Felgueiras. É responsável pela Câmara, e trata todos por igual. Repudia essa informação.

Quanto aos problemas locais que se discutiram na Assembleia Municipal, foram poucos, mas os que foram falados fui eu que os levantei, e quem não falou foram as bancadas. Foi lá para dignificar o Castedo e chamar-lhes a atenção para os problemas que existem e que não são políticos, mas sim económicos.

No que respeita às Freguesias disse que agora é político, mas na época da agregação não era, e não tendo a Assembleia Municipal decidido, prejudicou nas transferências em 15%. Agora falo com os Presidentes de Junta, e à exceção do Amieiro, que está a sofrer com a união de Freguesias de Carlão e Amieiro vendo assim o seu património penhorado, parece-lhe que está tudo mais resolvido. Teme que numa próxima reforma administrativa passemos de 14 para 10 freguesias, por exemplo!

Relativamente à Casa do Douro já disse tudo que tinha a dizer, mas o Vereador Miguel Rodrigues insiste em deturpar tudo o que eu digo, não me preocupo mais com isso! Já todos o conhecem!

No que concerne à intervenção do vereador António Joaquim Fernandes, quanto à atitude da Presidente da Assembleia, julga que há um exagero nas observações, não vê que a Dr.^ª Manuela seja insultuosa, mas sim uma grande profissional que dignifica a Assembleia Municipal. Quanto à extrapolação da política nacional para a política local, este não é o local próprio para tratar, lembrando ao Vereador António Joaquim Fernandes, que o Túnel do Marão recomeçou e está a andar a toda a velocidade e não está parado conforme disse.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Quanto à ANMP disse que não leu a notícia, mas estão a trabalhar no sentido de resolver algumas situações e insurge-se quanto ao facto de as candidaturas terem que ir à tutela para aprovação. Ainda há dias, estiveram no Pinhão, com várias entidades e parece-lhe que irão ter até setembro esta candidatura em andamento. Vão lançar o concurso do Plano de Pormenor e foi interessante verificar o empenho dessas entidades.

O Vereador Miguel Rodrigues demonstra a sua concordância com a proposta da Vereadora Cristina Felgueiras, no que se refere à Assembleia Municipal.

Pelo técnico superior da Divisão Administrativa e Financeira foi dito que:

“Solicita-se aos membros presentes que, na eventualidade de verificarem algum impedimento legal na presente reunião, de acordo com o artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, que o comuniquem e que se ausentem na respetiva votação.”

»»»»»»»»»»»»»»»»»»»»»»»» **DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA** ««««««««««««««««««««««««

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1.1 Aprovação da Ata da reunião ordinária de 25/06/2015.

Deliberação: aprovada por unanimidade.

1.2 Presente Projeto de Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Alijó, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: por unanimidade, aprovado o presente projeto de regulamento. Mais foi deliberado, em cumprimento do disposto nos artigos 100.º e 101.º do CPA, proceder à realização da audiência prévia dos interessados e consulta pública, pelo período de 30 dias úteis, para análise e recolha de sugestões.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Posteriormente, e em obediência das disposições contidas na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, submeter o presente projeto a aprovação da Assembleia Municipal.

O Vereador Miguel Rodrigues apresentou a seguinte declaração de voto:

“A necessidade deste Regulamento foi já por mim evidenciada em anteriores reuniões de Câmara, atendendo às recentes alterações legais nesta matéria.”

O Vereador António Joaquim Fernandes apresentou a seguinte declaração de voto:

“ De acordo com anteriores declarações de voto sobre este assunto em que manifestei a necessidade de alterar o regulamento existente, voto favoravelmente.”

2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 Presente o resumo do diário da tesouraria referente ao dia 2015/07/10 apresentando um total de disponibilidades 6.263.999,33€ sendo 5.585.064,40€ de dotações orçamentais e 678.934,93€ de dotações não orçamentais, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: tomado conhecimento.

2.2 Presente informação n.º 44, informando que foi necessário proceder à 11.ª modificação aos documentos previsionais de 2015, que se traduz na 8.ª alteração ao orçamento de despesa, 7.ª alteração ao plano Plurianual de Investimentos e 7.ª alteração ao Plano de Atividades Municipais, para tomar conhecimento, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: tomado conhecimento.

2.3 Presente informação 191, referente à proposta de delegação de competências da Câmara Municipal de Alijó no seu Presidente ao abrigo do n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

75/2013, de 12/09, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: por maioria com os votos contra do Sr. Vereador eleito pelo Partido Socialista, António Joaquim Fernandes, e dos Srs. Vereadores eleitos pelo Movimento MAIS, Miguel Rodrigues e Manuel Adérito Figueira, tendo o Sr. Presidente da Câmara usado o voto de qualidade, aprovada a presente proposta de delegação de competências, nos termos da informação técnica.

O Vereador Miguel Rodrigues apresentou a seguinte declaração de voto:

“Esta mesma matéria foi já decidida pela Câmara neste mandato, em Novembro de 2013, altura em que se definiu o rol de competências a delegar no Presidente da Câmara.

Nessa reunião, o Executivo analisou as competências da Câmara, uma a uma, definindo aquelas que deveriam e não ser delegadas. Entendeu-se, na altura, que esta competência não deveria ser delegada. Nenhuma alteração de circunstâncias ocorreu desde então, pelo que, coerentemente, mantenho agora a posição assumida no início do ano e que, recorde, foi então tomada por unanimidade.”

O Vereador António Joaquim Fernandes apresentou a seguinte declaração de voto:

“ Como as delegações de competências já foram votadas e aprovadas numa das primeiras reuniões havidas no início do mandato, e, em coerência com a minha primeira votação, voto contra esta proposta de delegação de competências.”

3. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

3.1 Presente informação n.º 20 da DSCED referente à renovação do protocolo com a INATEL, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: por unanimidade, aprovado, nos termos da informação técnica.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

3.2 Presente informação n.º 61 da DSCED referente ao procedimento para fornecimento diário das refeições nos Jardins-de Infância e Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Alijó, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: por unanimidade, aprovado o início do procedimento, nos termos da informação técnica, depois de garantidos os competentes cabimento e compromisso, nos termos legais em vigor.

4. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

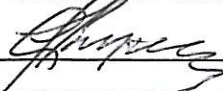
4.1 Presente informação n.º 09 da UOT referente a um pedido de destaque de uma parcela de terreno, em que é requerente SOCAFRI – Comércio de Carnes, Lda, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: por unanimidade, aprovado o pedido de destaque, nos termos da informação técnica.

APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Câmara deliberou, em reunião do dia 23/07/2015, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Câmara, e por mim, técnico superior da Divisão Administrativa e Financeira desta Autarquia.

O Presidente da Câmara



Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães

O técnico superior da Divisão Administrativa e Financeira



Luís Filipe Maneta Carvalho